

Houve um enfraquecimento do ambientalismo no Brasil?

Has there been a weakening of environmentalism in Brazil?

José Roberto Porto de Andrade Júnior ¹

¹ Doutorado em Sociologia, Professor, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas-MG, Varginha, MG, Brasil
E-mail: jose.junior@unifal-mg.edu.br

doi:10.18472/SustDeb.v16n1.2025.56346

Received: 03/12/2024
Accepted: 07/04/2025

ARTICLE- VARIA

RESUMO

O artigo tem como objetivo discutir tendências negativas do ambientalismo no Brasil nas últimas décadas e no âmbito da sociedade civil. As principais técnicas de pesquisa utilizadas são análise de documentos e análise de dados secundários. As principais fontes são: World Values Survey (WVS), Google Trends e listas de criação de frentes parlamentares. Os resultados evidenciam que houve no Brasil: diminuição da confiança da população no movimento ambientalista; diminuição do percentual da população associada a organizações ambientais; diminuição das buscas por temas ambientais no Google; e diminuição do sucesso eleitoral de candidaturas ambientalistas. A discussão dos resultados enfatiza que entre as causas desse enfraquecimento do ambientalismo no Brasil estão o sucesso do movimento antiecológico e mudanças dos focos prioritários de interesse social em virtude da conjuntura econômica, política e sanitária. Também é destacado que essas tendências societárias compõem o contexto conjuntural explicativo do dismantelamento da política ambiental no governo Bolsonaro (2019-2022).

Palavras-chave: Movimento ambientalista. Sociedade Civil. Brasil. Enfraquecimento. Desmantelamento.

ABSTRACT

The article aims to discuss negative trends in environmentalism in Brazil over recent decades, particularly within civil society. The main research techniques employed are document analysis and the analysis of secondary data. The primary sources include the World Values Survey (WVS), Google Trends, and records of the creation of Brazilian parliamentary fronts. The findings indicate that Brazil has experienced: a decline in public confidence in the environmental movement; a decrease in the proportion of the population holding membership in environmental organisations; a drop in Google searches related to environmental topics; and reduced electoral success of environmentalist candidates. The discussion highlights that among the causes of this weakening of environmentalism in Brazil are the success of the anti-environmental movement and a shift in social priorities due to economic, political, and public health circumstances. It is also emphasised that these societal trends form part of the contextual backdrop that helps explain the dismantling of environmental policy in Brazil during the Bolsonaro administration (2019–2022).

Keywords: Environmental movement. Civil society. Brazil. Weakening. Dismantling.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas eleições legislativas federais do Brasil, em 2022, duas figuras importantes para o ambientalismo brasileiro foram eleitas para a Câmara dos Deputados pelo estado de São Paulo, o maior colégio eleitoral do país. Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente nos governos Lula 1 e 2 (2003-2008), atual ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima no Governo Lula 3 (2023-presente) e referência do ambientalismo nacional, foi eleita com 237.521 votos. Ricardo Salles, ex-ministro do Meio Ambiente no governo Bolsonaro (2019-2021) e referência do processo de desmantelamento da política ambiental brasileira, foi eleito com 640.918 votos.

O ex-ministro que encabeçou o processo de desmonte do Estado ambiental brasileiro teve, portanto, 2,7 vezes mais votos que a ex-ministra que encabeçou a política que produziu a maior diminuição da emissão de gases de efeito estufa da história do planeta¹. Essa diferença no sucesso eleitoral de candidaturas antípodas é ilustrativa do movimento vivenciado pela sociedade civil e pelas instituições políticas brasileiras nas últimas décadas.

Deixamos de ser um país referência global no combate às mudanças climáticas e nos tornamos o país do desmonte ambiental, do governo que quer “passar a boiada”². Como isso foi possível? Que mudanças societárias poderiam nos ajudar a entender essa reorientação política e a conjuntura ambiental atual?

Na esfera dessa problemática, insere-se o presente artigo, que tem como objetivo discutir algumas tendências negativas do ambientalismo no âmbito da sociedade civil no Brasil nas últimas décadas, defendendo a hipótese de que houve um enfraquecimento do ambientalismo no Brasil.

O artigo está estruturado em seis seções, contadas a introdução e as considerações finais. Na seção 2, faço uma breve revisão da literatura sobre o desmantelamento das políticas ambientais no governo Bolsonaro e sobre a história do movimento ambientalista no Brasil. Na seção 3, são apresentadas as principais técnicas e fontes de dados utilizadas na análise. Na seção 4, apresento dados negativos do movimento ambientalista no Brasil nas últimas décadas, caracterizando-os. Na seção 5, última antes das considerações finais, discuto esses dados, tentando interpretar os processos vivenciados no país, suas causas e consequências.

2 O DESMANTELAMENTO DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA E A HISTÓRIA DO AMBIENTALISMO NO BRASIL

É consensual na literatura sobre os conflitos ambientais no Brasil que o governo Bolsonaro (2019-2022) marca um ponto de inflexão na história da política ambiental brasileira. O arcabouço conceitual e terminológico principal que tem sido utilizado para a análise desse período é o do “desmantelamento”, e o tema já foi objeto de dossiês e de editoriais das principais revistas nacionais (Barbosa *et al.*, 2022; Bronz; Zhouri; Castro, 2020; Capelari; Milhorange; Araújo, 2023; Paz *et al.*, 2022).

A revista *Sustentabilidade em Debate*, por exemplo, publicou um dossiê em 2023 sob o título “Desmantelamento da política ambiental brasileira”, cujo editorial conceitua “desmantelamento”, a partir de Bauer *et al.* (2012), como “um tipo de mudança que reduz o número de políticas ou instrumentos de políticas e/ou diminui sua intensidade”. Segundo os organizadores, o governo Bolsonaro foi responsável pela “fragilização ou o desmantelamento de diversas políticas sociais e rurais, de saúde, de educação e das ambientais” (Capelari; Milhorange; Araújo, 2023, p. 23).

Além dos dossiês e editoriais, há uma série de trabalhos discutindo a temática. Eles evidenciam que houve no Brasil durante o governo Bolsonaro (2019-2022): diminuição dos recursos investidos nas instituições estatais de proteção da natureza; diminuição do número de autuações e multas lavradas por essas instituições; suspensão dos processos de formação de novas áreas protegidas; censura e perseguição

a servidores atuantes; ataques verbais contra povos ameríndios e organizações não governamentais; e ampliação do desmatamento no país (Bonelli; Fernandes; Cavalcanti, 2023; Drummond; Capelari; Barros, 2022; Fonseca *et al.*, 2023; Fonseca; Lindoso; Bursztyn, 2023; Milhorange, 2022; Moulin, 2023; Rajão *et al.*, 2021; Silva; Rivas; Uema, 2020; Werneck *et al.*, 2021).

Um trabalho de destaque no âmbito dessa literatura é o artigo de Capelari *et al.* (2020), que parte do “Advocacy Coalition Framework” (ACF) para explicar as mudanças ocorridas no governo Bolsonaro (2019-2022). Segundo os autores, no subsistema da política ambiental brasileira, existem quatro coalizões de interesse em disputa, cada qual com um sistema de crenças bem definido: os tecnocratas esclarecidos, os socioambientalistas, os desenvolvimentistas modernos e os desenvolvimentistas tradicionais. Os desenvolvimentistas tradicionais se opõem aos instrumentos da política ambiental e às unidades de conservação, defendem o fomento estatal às iniciativas privadas e têm visões utilitaristas sobre os recursos naturais. Eles são “sucessores de um legado do modelo agroexportador, que concentra terras (recursos naturais), utiliza-se de trabalho escravo e se caracteriza pelo conservadorismo político”. Com a eleição de Bolsonaro, segundo os autores, eles se tornaram dominantes no subsistema da política ambiental brasileira (Capelari *et al.*, 2020, p. 1695-1697).

A literatura citada caracteriza inúmeras das principais tendências e dos principais acontecimentos da década de 2010. O foco principal das análises são as instituições políticas e os meios pelos quais houve iniciativas de desinstitucionalização da política ambiental brasileira.

Entretanto, para uma compreensão mais completa do processo histórico que materializou uma mudança tão significativa na realidade ambiental brasileira, alguns aspectos ainda carecem de discussão, sobretudo no que diz respeito à esfera da sociedade civil.

No Brasil, desde o período colonial, circularam no território críticas ao desmatamento e à ocupação desordenada, o que levou Pádua (2002) a defender a existência de uma tradição de crítica ambiental no Brasil escravista, presente também no período imperial. Essa tradição, produto da ação de uma elite minoritária, foi marcada pelo caráter político, antropocêntrico e cientificista dos escritos. O seu representante mais importante foi José Bonifácio (1763-1838), responsável pela escrita de textos que ainda são atuais.

Durante a Primeira República, do mesmo modo, tivemos no país intelectuais que promoveram o debate sobre temas ambientais, entre os quais se destaca Alberto Torres (1865-1917), uma das figuras mais prestigiadas de seu tempo em âmbito nacional. Também aqui houve poucas consequências políticas das ações e reflexões dessa parcela minoritária da elite.

Na década de 1930, as primeiras organizações especializadas na atuação em temas ambientais foram criadas no país, com destaque para a Sociedade dos Amigos das Árvores, constituída no Rio de Janeiro, em 1931. O engajamento político das entidades nesse período foi determinante para a formalização dos primeiros atos normativos nacionais responsáveis pela proteção formal da natureza, entre os quais o Código Florestal e o Código das Águas (Andrade Júnior, 2023; Dean, 1996; Franco; Drummond, 2009).

Nas décadas seguintes, outras entidades foram criadas no Brasil, ainda em baixa quantidade e sem grande dispersão geográfica, entre elas merece destaque a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), constituída em 1958 no Rio de Janeiro e tida como a mais atuante organização conservacionista brasileira nas décadas seguintes. A FBCN teve papel de destaque na tramitação legislativa que resultou no Código Florestal de 1965 (Andrade Franco; Drummond, 2009).

Na esfera internacional, a Conferência de Estocolmo em 1972 é a primeira grande referência do que Wagner Costa Ribeiro chamou de ordem ambiental internacional, que se expressa por meio de acordos e tratados que buscam gerir a problemática ambiental para além das fronteiras nacionais (Ribeiro, 2001).

Como consequência do fortalecimento do processo de criação dessa ordem ambiental internacional, aumentaram as pressões para adoção de ações pró-ambientais por parte dos Estados nacionais.

Na década de 1980, na esteira da transição política ocorrida no Brasil e sob influência desses novos influxos internacionais, o país vivenciou também uma transição ambientalista, com ampliação substantiva do status e da relevância das pautas ecológicas. No âmbito da sociedade civil organizada, esse período foi marcado pela ampliação significativa do número e da força política das organizações ambientalistas, com a criação de importantes organizações, como a SOS Mata Atlântica e a Fundação Pró-Natureza – Funatura, ambas em 1986.

O período também foi marcado pela incorporação da retórica da proteção da natureza nas reivindicações territoriais de uma série de agrupamentos humanos, entre os quais destacam-se diversos povos ameríndios, a exemplo dos Kayapó, e populações tradicionais, a exemplo dos seringueiros (Andrade Júnior, 2021, 2020).

Com essa ambientalização de lutas sociais, uma divisão que caracteriza o ambientalismo brasileiro até o momento presente tornou-se mais importante, entre grupos conservacionistas e grupos socioambientalistas. Em síntese, é possível associar ao polo conservacionista um enfoque “ecocêntrico”, voltado para o entendimento da proteção da natureza e dos ecossistemas em sentido estrito, com valorização negativa da inserção humana nesses ambientes. Ao polo socioambiental, por sua vez, é possível associar um enfoque “antropocêntrico”, voltado para o entendimento da proteção da natureza e dos ecossistemas em sentido amplo, com valorização positiva da inserção humana de baixo impacto nesses ambientes.

Na segunda metade da década de 1980, teve início um processo de profissionalização e de institucionalização das organizações ambientalistas no Brasil, com ampliação da atuação conjunta das entidades com instituições estatais e com empresas (Viola; Leis, 1992). Nas décadas de 1990 e 2000, esse processo de institucionalização e de profissionalização do ativismo ambientalista teve seguimento, combinando formalização institucional, especialização técnica e ênfase no gerenciamento de atividades. Isso ocorreu tanto entre grupos conservacionistas quanto entre grupos socioambientais. Táticas de cooperação e negociação passaram a ser cada vez mais privilegiadas no repertório de ações das organizações, diminuindo as iniciativas de contestação e de protesto, que se tornaram residuais (Alonso; Maciel, 2010).

Também nas décadas de 1990 e 2000, a ampliação quantitativa e o aumento da distribuição geográfica das organizações ambientalistas pelos estados do Brasil prosseguiram, e entidades de grande relevância para o ambientalismo brasileiro contemporâneo foram criadas, a exemplo do Instituto Socioambiental (1994) e da unidade brasileira do Greenpeace (1991).

Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, o processo de institucionalização da proteção da natureza gradativamente teve seu auge no Brasil. Nesse período, houve a promulgação das principais leis ambientais do país, entre as quais pode-se citar a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981), a Constituição Federal de 1988, a Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei n. 9.985/2000) e a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n. 12.187/2009). Todas essas leis ambientais – com exceção da Política Nacional do Meio Ambiente que é anterior à redemocratização brasileira – foram aprovadas com intensa participação da sociedade civil ambientalista nas tramitações legislativas (Andrade Júnior, 2020).

Houve nas décadas de 1990 e 2000, também, a criação das principais instituições estatais de proteção da natureza, entre as quais pode-se citar o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Houve, além disso, a implantação das principais políticas de proteção à natureza da história do país, entre as quais destacam-se a política de demarcação de terras indígenas, a política de criação

de unidades de conservação e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PCCDAm).

Houve participação destacada de organizações sociais ambientalistas em todos os processos políticos que resultaram na criação e na implantação dessas políticas e dessas instituições, de modo que a institucionalização da política ambiental brasileira somente pode ser compreendida no contexto do gradativo fortalecimento do movimento ambientalista brasileiro (Andrade Júnior, 2020, 2024).

Se o fortalecimento do movimento ambientalista foi essencial para a construção da política ambiental brasileira, poderia ter ocorrido algo de negativo com o ambientalismo no país, no âmbito da sociedade civil, que nos ajude a compreender o desmantelamento ocorrido durante o governo Bolsonaro?

3 MATERIAIS E MÉTODOS

As principais técnicas de pesquisa utilizadas são análise de documentos e análise de dados secundários. As principais fontes de pesquisa são: a) pesquisas de opinião pública realizadas no Brasil pela World Values Survey (WVS); b) Google Trends, plataforma de contabilização das buscas realizadas no sítio eletrônico Google; c) listas de assinantes para criação da Frente Parlamentar Ambientalista e da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso Nacional brasileiro.

A World Values Survey (WVS) é um programa de pesquisa internacional dedicado ao estudo científico dos valores sociais, políticos, econômicos e culturais dos povos em todo o mundo. Seu principal instrumento de pesquisa é um survey comparativo conduzido a cada período de cinco anos em nível global.

Neste artigo são utilizados dados de duas questões trabalhadas pelo World Values Survey (WVS) nas “ondas” (“waves”) 2 (1994-1998), 5 (2005-2009), 6 (2010-2014) e 7 (2017-2022). No Brasil, as pesquisas foram realizadas respectivamente nos anos de 1997, 2006, 2014 e 2018.

A primeira questão com respostas apresentadas neste artigo refere-se à confiança da população brasileira no movimento ambientalista (chamado de “environmental protection movement”, movimento de proteção ambiental, no documento de divulgação dos resultados). A segunda questão refere-se à associação ativa, associação inativa ou não associação da população brasileira a organizações ambientais (“active” ou “inactive” “membership of environmental organization”, conforme o documento de divulgação).

O Google Trends, por sua vez, é uma plataforma que apresenta informações sobre as buscas que usuários de todo o mundo realizam na plataforma Google. Desde 2004, o Google registra e quantifica os termos utilizados em uma amostra das pesquisas realizadas por usuários em seu sítio eletrônico, representativa do universo total das pesquisas realizadas. Isso é feito em todas as regiões do planeta, o que permite a apresentação de informações sobre as buscas para diferentes delimitações territoriais.

Esses dados são anônimos, categorizados e agregados pelo Google, que os apresenta sempre em termos relativos, proporcionalmente ao total de termos pesquisados naquele momento histórico e local. Assim, não há indicação do número absoluto de buscas, sendo os dados relativos ao total, de modo a indicar a proporção do termo em relação ao total das pesquisas na plataforma.³

A utilização de dados do Google Trends para discussão de tendências de comportamento social em relação à proteção da natureza foi objeto de debate durante a última década na literatura internacional, opondo críticos do uso desses dados (Ficetola, 2013; Nghiem *et al.*, 2016) biodiversity conservation and fishery. These analyses were based on Google Trends, which is a measure of how frequently a term is searched in Google, in proportion to the total of searches performed. Google Trends is a measure of relative search, and this may make difficult assessing temporal trends. I evaluated whether relative

declines in internet search volumes represent genuine decline in interest toward environmental-related themes, by comparing trends of terms representing various themes, including environment, computer science, other disciplines (astrophysics a defensores da utilização desse tipo de informação (Mccallum; Bury, 2013; McCallum; Bury, 2014; Proulx; Massicotte; Pépino, 2013; Troumbis, 2017). A despeito da controvérsia, a posição que tem prevalecido é favorável à utilização dos dados, desde que haja uma escolha adequada dos termos utilizados como indicadores.

No Brasil, é crescente a utilização do Google Trends como fonte para artigos científicos sobre as mais diversas temáticas. Apesar disso, para o caso brasileiro, a cautela no uso desses dados deve ser ampliada, uma vez que se vivenciou no país mudanças significativas na escala e no perfil de utilização da internet entre 2004 e o momento presente. Entre as principais mudanças, destaca-se uma ampliação expressiva da porcentagem geral da população brasileira usuária da internet, especialmente entre as pessoas de menor escolaridade e de menor faixa de renda, o que traz consequências quantitativas e qualitativas quanto ao uso da internet no país (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2020).

Neste trabalho, apresento a evolução histórica das buscas realizadas pelo Google no Brasil entre 1/1/2004 e 31/12/2020 em relação a 10 termos considerados representativos dos principais temas e questões relativas à proteção da natureza no Brasil contemporâneo, expostos em ordem alfabética: Amazônia; aquecimento global; biodiversidade; desenvolvimento sustentável; desmatamento; ecologia; meio ambiente; poluição; saneamento básico; e vegetação. Os termos foram escolhidos a partir de análise dos termos utilizados em pesquisas internacionais e dos temas mencionados nas pesquisas de opinião sobre meio ambiente. A extração dos dados da plataforma e a organização foram feitas entre agosto e outubro de 2022.

As listas de parlamentares assinantes para criação da Frente Parlamentar Ambientalista e da Frente Parlamentar da Agropecuária, por fim, são documentos formais e públicos relativos a dois órgãos que usualmente situam-se em polos opostos das disputas legislativas ambientais no Brasil (Araújo; Silva, 2016; Cascione, 2018; Ferreira, 2019). A Frente Parlamentar Ambientalista tradicionalmente encabeça articulações para aprovação de leis que ampliam a proteção da natureza, enquanto a Frente Parlamentar da Agropecuária tradicionalmente protagoniza articulações para aprovação de leis que minoram essa proteção.

As listas de assinaturas para criação das frentes parlamentares não exprimem precisamente a quantidade de parlamentares que participam das reuniões e das ações de cada frente, como salienta a literatura (Araújo; Silva, 2016; Cascione; Araújo, 2019; Cascione, 2018; Ferreira, 2019) mais do que em outros países, é frequentemente citada no debate político a influência de bancadas temáticas em relação aos próprios partidos políticos. Contudo, são poucas as tentativas na academia de compreender de forma empírica este sistema. Nesta tese, aplica-se a análise de redes (network analysis). Apesar disso, elas são um indicativo relevante da quantidade de parlamentares com disposição para vincular-se às demandas e reivindicações tipicamente encabeçadas por cada frente temática no início dos seus mandatos, logo após terem sido eleitos para o Congresso Nacional.

Nesse contexto, o número de parlamentares subscritores do pedido de criação da Frente Parlamentar Ambientalista é tomado neste artigo como um indicador do sucesso eleitoral de candidaturas predispostas a apoiar causas ambientais, enquanto o número de parlamentares subscritores da lista de criação da Frente Parlamentar da Agropecuária é tomado como um indicador do sucesso eleitoral de candidaturas predispostas a opor-se a essas mesmas pautas, uma vez que esse é o comportamento típico observado nessas frentes.

4 RESULTADOS

O primeiro dado negativo relativo ao movimento ambientalista no Brasil é da pesquisa da WVS sobre confiança da população brasileira em relação ao movimento ambientalista. Conforme evidencia a Figura 1, em 1997, quase 80% da população brasileira respondeu que confiava muito (“a great deal”) ou bastante (“quite a lot”) no movimento ambientalista. Esse percentual caiu em 2006 para 64,4%, patamar mantido em 2014. Em 2018 houve nova queda, com apenas 56,8% da população respondendo positivamente a esse questionamento.

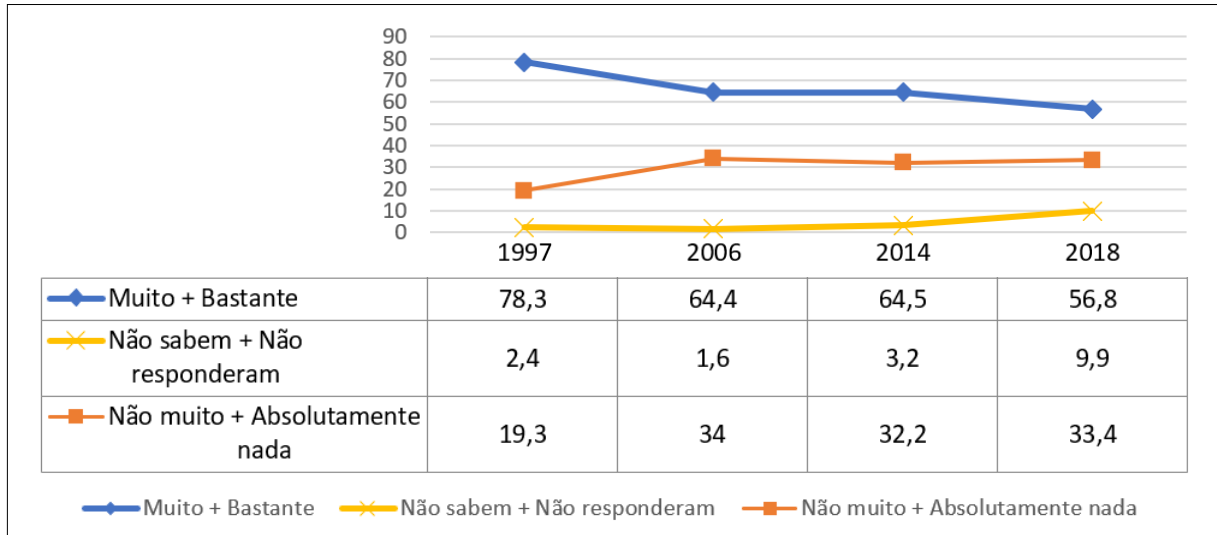


Figura 1 – Confiança no movimento ambientalista no Brasil – percentual (1997-2018)

Fonte: World Values Survey (WVS), elaboração própria

O segundo dado negativo é da mesma pesquisa da WVS, sobre associação a organizações ambientais no Brasil. Conforme exposto na Figura 2, caiu o percentual de pessoas que se declararam membros ativos ou membros inativos de organizações ambientais no país entre 1997 e 2018, enquanto subiu o número de pessoas que declararam que não eram membros.⁴

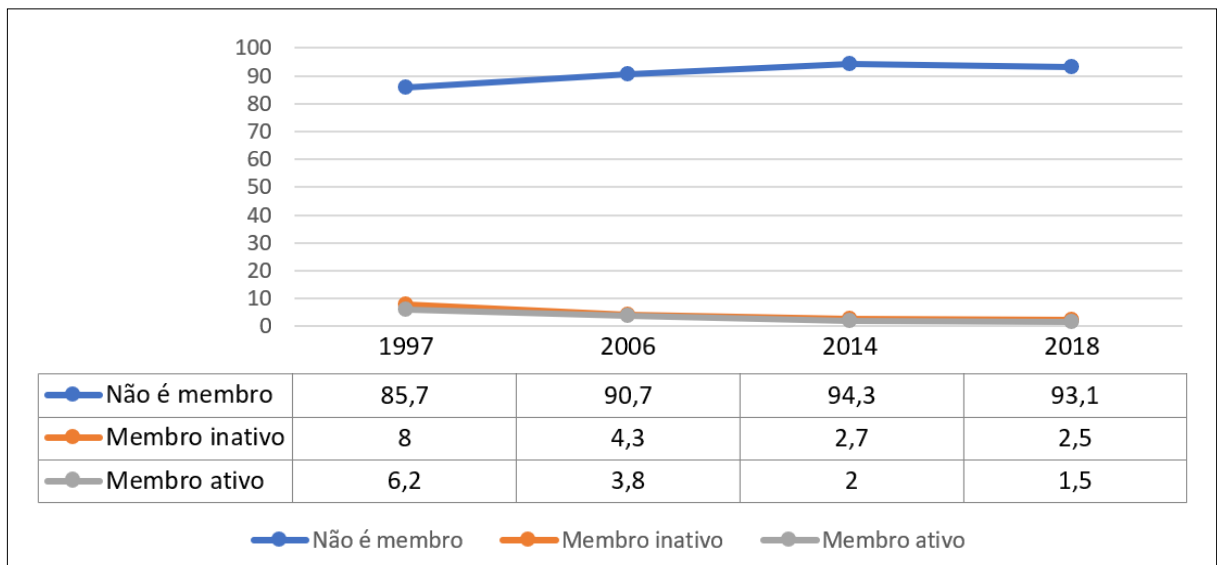


Figura 2 – Associação a organizações ambientais no Brasil – percentual (1997-2018)

Fonte: World Values Survey (WVS), elaboração própria

O terceiro dado negativo vem da plataforma Google Trends, relativo às pesquisas realizadas no Google por usuários no Brasil com termos relevantes para o ambientalismo. A Figura 3 apresenta os resultados, evidenciando a tendência de queda nas buscas ao longo do período, especialmente quando se compara o ano inicial ao ano final da série histórica.

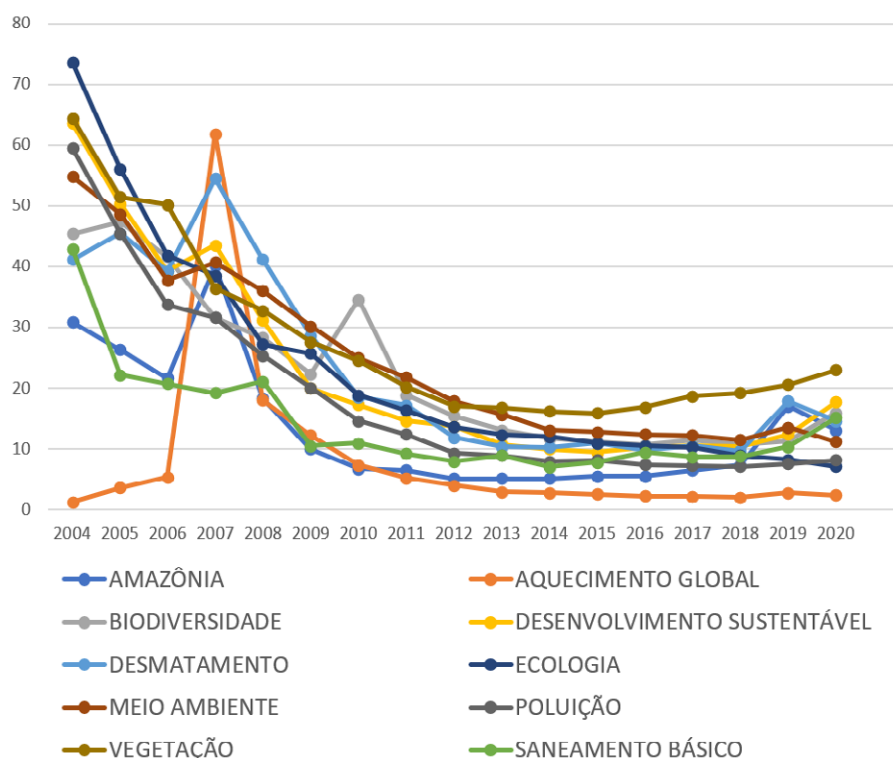


Figura 3 – Pesquisas no “Google” sobre temas ambientais (2004-2020)

Fonte: Google Trends, elaboração própria

Apresento a seguir um comparativo entre a média das buscas de 2004 e de 2020 para todos os termos constantes no gráfico, indicando a porcentagem de diminuição ou aumento relativo das buscas:

- Amazônia – 30,8 em 2004 e 13,1 em 2020, diminuição de 57%;
- Aquecimento global – 1,25 em 2004 e 2,3 em 2020, aumento de 84%;
- Biodiversidade – 45,4 em 2004 e 16 em 2020, diminuição de 64%;
- Desenvolvimento sustentável – 63,5 em 2004 e 17,6 em 2020, diminuição de 72,7%;
- Desmatamento – 41,1 em 2004 e 14,5 em 2020, diminuição de 64%;
- Ecologia – 73,5 em 2004 e 7,08 em 2020, diminuição de 90,3%;
- Meio ambiente – 54,8 em 2004 e 11,1 em 2020, diminuição de 79%;
- Poluição – 59,5 em 2004 e 8,1 em 2020, diminuição de 86,3%;
- Saneamento básico – 42,91 em 2004 e 15,08 em 2020, diminuição de 64,8%;

- Vegetação – 64,4 em 2004 e 23 em 2020, diminuição de 64,2%.

Em virtude da ampliação da utilização da internet por pessoas de baixa escolaridade entre 2004 e 2019, poderia ser esperada uma diminuição de certa intensidade do interesse social por temas ambientais expresso por meio de buscas no “Google”, tendo em vista que pesquisas de opinião realizadas no Brasil (Confederação Nacional da Indústria, 2012; Ibope Inteligência, 2021) – e também no exterior (European Commission, 2017) – sugerem que o interesse e a preocupação com questões ambientais aumentam conforme a escolaridade.

Entretanto, a intensidade da diminuição das buscas por termos ambientais em relação ao total de buscas realizadas no período foi muito mais significativa do que poderia ser esperado, em regra superior a 50%. Isso impede que se atribua o fenômeno simplesmente à ampliação do uso da internet por pessoas de baixa escolaridade e sugere a ocorrência de diminuição do interesse dos usuários brasileiros da internet por temas ambientais no período 2004-2020.

O quarto dado negativo é relativo ao número de parlamentares subscritores dos pedidos de criação da Frente Parlamentar Ambientalista e da Frente Parlamentar da Agropecuária entre a 53ª Legislatura (2007-2010) e a 57ª Legislatura (2023-2026). A Figura 4 apresenta esse dado.

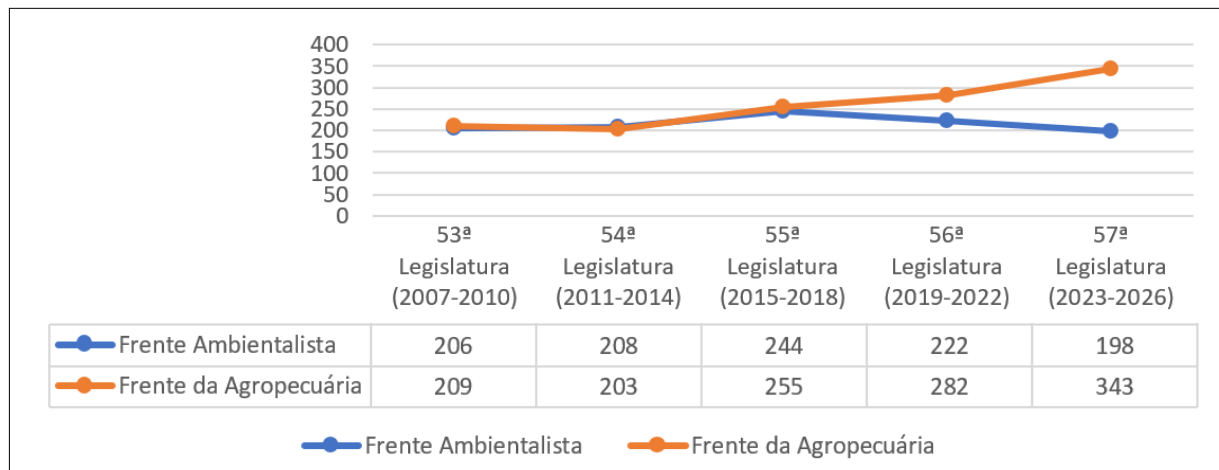


Figura 4 – Número de parlamentares assinantes da criação da Frente Parlamentar Ambientalista e da Frente Parlamentar da Agropecuária (2007-2023)

Fonte: Congresso Nacional, elaboração própria

Conforme evidencia o gráfico, entre a 53ª Legislatura (2007-2010) e a 57ª Legislatura (2023-2026), houve mudança no quantitativo de parlamentares subscritores dos pedidos de criação das duas frentes, com crescimento constante da Frente da Agropecuária e redução da Frente Ambientalista na 56ª Legislatura (2019-2022) e na 57ª Legislatura (2023-2026).

5 DISCUSSÃO

Em síntese, os resultados apresentados evidenciam que houve no Brasil, nas últimas décadas, diminuição da confiança da população no movimento ambientalista, diminuição do percentual da população associada a organizações ambientais como membro ativo ou membro inativo, diminuição relativa das pesquisas no Google usando termos relacionados com temáticas ambientais e mudança no quantitativo de parlamentares subscritores dos pedidos de criação das Frentes Parlamentares da Agropecuária e Ambientalista, com crescimento da primeira e redução da segunda.

A mudança nos rumos do ambientalismo brasileiro é notável em relação ao gradativo fortalecimento e à ampliação quantitativa e qualitativa que caracterizaram a evolução histórica do setor durante a segunda metade do século XX. Está em curso, neste início de século XXI, o enfraquecimento do ambientalismo no Brasil. Essa tendência nacional possui paralelo com tendências detectadas por pesquisas de opinião pública e pela literatura em outros lugares do planeta.

A mesma pesquisa da World Values Survey (WVS), com resultados apresentados na seção anterior, evidencia que a diminuição de confiança no movimento ambientalista e a diminuição do associativismo ambiental detectadas no Brasil também estão ocorrendo em outros países.

Rússia, México e alguns dos nossos vizinhos sul-americanos, tais como Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai, são exemplos de sociedades em que houve redução nas respostas positivas sobre confiança no movimento de proteção ambiental entre a onda 2 (1990-1994) e a onda 7 (2017-2022) da pesquisa (World Values Survey, 2024). Por outro lado, em países, como China, Índia, Indonésia e Estados Unidos, houve crescimento das respostas positivas sobre confiança no movimento de proteção ambiental no mesmo período (World Values Survey, 2024).

Em relação à associação a organizações ambientais, os dados da WVS evidenciam que também houve diminuição do patamar de membros ativos e inativos das populações nacionais, entre a onda 2 (1990-1994) e a onda 7 (2017-2022), nos Estados Unidos e no México (World Values Survey, 2024). Houve manutenção do patamar de associativismo, dada a margem de erro das pesquisas de opinião, em países como Argentina, Chile, China e Rússia. O crescimento do associativismo ambiental no mesmo período foi observado em países como Índia, Colômbia e Uruguai (World Values Survey, 2024).

Lou *et al.* (2022) realizaram uma meta-análise de trabalhos científicos que analisam preocupação ambiental das pessoas com base no “Novo Paradigma Ecológico” (em inglês, “New Environmental Paradigm”), uma matriz de análise de preocupação ambiental amplamente utilizada em âmbito global. Como conclusão do estudo, em que analisaram 184 trabalhos científicos de vários continentes, os autores afirmam que houve uma diminuição da preocupação ambiental no mundo entre 1994 e 2017.

Oliveira, Carneiro e Vecchia (2017), por sua vez, analisaram dados de pesquisas na plataforma Google sobre temas relacionados a mudanças climáticas e aquecimento global em todo o mundo, entre 2004 e 2017. Eles concluem, com base nesses dados, que houve diminuição do interesse global na temática do clima após dois picos de interesse ocorridos em 2007 e 2009.

Em relação às explicações para essas tendências negativas do ambientalismo, observadas em distintos locais do planeta, é possível identificar na literatura dois tipos de argumentações causais explicativas para o fenômeno: os argumentos econômico e político.

Segundo o argumento econômico, as reduções de apoio, diminuição da preocupação ambiental e/ou enfraquecimento do ambientalismo seriam consequência de situações economicamente negativas vivenciadas pelas sociedades, o que geraria mudanças de prioridade do interesse societário em prejuízo das temáticas socioambientais.

Segundo o argumento político, as reduções de apoio, a diminuição da preocupação ambiental e/ou enfraquecimento do ambientalismo seriam consequência do sucesso de ações, de campanhas e de articulações promovidas por grupos sociais que se opõem às demandas de proteção da natureza e se interessam pela continuidade da ocorrência de práticas degradantes.

Um exemplo de aplicação concreta do argumento econômico é o trabalho de Scruggs e Benegal (2012). Os autores discutem a redução na preocupação pública com as mudanças climáticas na população norte-americana e concluem que sua causa principal seria a recessão econômica e as condições precárias do mercado de trabalho no país. Segundo eles, os crescimentos e decrescimentos do

interesse socioambiental variariam segundo as condições econômicas, com diminuição nos momentos de crise, quando a população é levada a priorizar as demandas de subsistência. Eles também citam dados de países europeus que, na visão deles, sustentam o argumento econômico como explicação para a redução da preocupação climática.

Um exemplo de aplicação concreta do argumento político, por sua vez, são os trabalhos de McCright e Dunlap. Em diversos textos, os autores caracterizam o que chamam de “contramovimento antiambiental coordenado”, protagonizado por “fundações conservadoras, *think tanks*, e políticos”, que teria emergido em resposta ao ambientalismo global, percebido como ameaça às políticas econômicas neoliberais (McCright; Dunlap, 2011). Segundo esses autores, o crescimento da posição antiambiental dos conservadores e republicanos nos Estados Unidos e o consequente aumento da polarização climática no país seriam consequências da ação política desse “contramovimento antiambiental”, presente nos Estados Unidos a partir da década de 1990 (McCright; Xiao; Dunlap, 2014, p. 258).

Há, em relação ao Brasil, indícios da plausibilidade tanto do argumento econômico quanto do argumento político para explicação do enfraquecimento do ambientalismo no país, especialmente no que diz respeito à década de 2010-2020, quando efetivamente se materializa, segundo a literatura, o processo de desmantelamento da política ambiental brasileira.

No período 2011-2020, tivemos crescimento médio anual de apenas 0,26% do PIB, o menor índice desde que os dados começaram a ser organizados em 1901. O desemprego, por outro lado, cresceu significativamente entre o início e o final da década, passando de 7,9% no primeiro trimestre de 2012 para 13,9% no último trimestre de 2020, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Com isso, parcela significativa dos brasileiros ficou privada do mínimo necessário para a própria subsistência.

Nas pesquisas de opinião pública do Ibope sobre os principais problemas do país, essa mudança econômica é evidenciada pelo crescimento do “desemprego” entre as respostas. Em 2012 e 2014, o tema ocupou apenas o 10º e 11º lugares entre os principais problemas do país, respectivamente, enquanto em 2017 e em 2019 ocupou o 1º lugar com 56% e 47% das citações (Confederação Nacional da Indústria, 2016, 2017, 2018, 2020).

À argumentação econômica, também é possível adicionar o componente sanitário como elemento da explicação para a reorientação das prioridades sociais em detrimento das temáticas socioambientais no Brasil na última década. Problemas sanitários mantiveram-se em destaque para a população brasileira por toda a década 2011-2020, o que foi agravado pela pandemia de Covid-19 iniciada em 2020. Nas pesquisas do Ibope, a saúde esteve entre os cinco temas mais citados pelos brasileiros em todos os anos, ocupando o primeiro e o segundo lugar em 2018 e 2019.

Nesse contexto, é defensável a explicação de que numa década de baixíssimo crescimento econômico, de ampliação do desemprego e de insatisfação continuada com as condições sanitárias do país, a população brasileira tenha priorizado temas tidos como mais urgentes, e a problemática ambiental tenha perdido importância e presença na agenda nacional.

No que tange à plausibilidade do argumento político para a explicação do enfraquecimento do ambientalismo no país, os indícios também existem e possuem amparo na literatura científica.

Zhour (2022), por exemplo, analisou documentos, matérias jornalísticas e pronunciamentos públicos de militares e políticos da Região Norte do Brasil com a finalidade de evidenciar o lastro histórico das posições antiambientais presentes na sociedade brasileira principalmente a partir da década de 1980. Segundo ela, o antiambientalismo é constitutivo da história do Brasil.

Massarani *et al.* (2024, p. 36), por sua vez, analisaram conteúdos de mensagens de negacionismo climático na plataforma Telegram entre 2017 e 2023 e concluíram que as mensagens, que se utilizam de táticas e técnicas típicas do negacionismo climático de outros locais do planeta, têm no Brasil “um impacto significativo na percepção pública das mudanças climáticas e nas ações governamentais”.

Tal como esses dois trabalhos citados, há na literatura nacional outras análises que colaboram na caracterização de um movimento – ou contramovimento – antiambiental no Brasil (Acseirad, 2022; Pinheiro, 2022; Vasques, 2021), auxiliando na associação entre as ações desses grupos sociais e o enfraquecimento do ambientalismo no país.

Entretanto, para o caso brasileiro, tanto no que tange à argumentação causal econômica quanto no que tange à argumentação política, estudos quantitativos e qualitativos ainda precisam ser feitos para que se qualifique o entendimento sobre as causas do enfraquecimento do ambientalismo no país.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfraquecimento do ambientalismo brasileiro já foi objeto de comentário de importantes analistas da política ambiental brasileira, a exemplo de Drummond, Capelari e Barros (2022, p. 15), que afirmam que desde a década de 2010 conservacionistas e socioambientais se enfraqueceram, política e socialmente, no Brasil. Este artigo avança na discussão do tema ao apresentar um conjunto mais amplo de dados e fazer comparações e reflexões causais.

No âmbito das considerações finais, é importante destacar que a constatação desse enfraquecimento não reduz a importância que tiveram organizações ambientalistas, movimentos sociais e ativistas na resistência ao desmantelamento da política ambiental brasileira e às iniciativas autoritárias e degradantes do governo Bolsonaro. Esses atores foram fundamentais para que o cenário nacional não se deteriorasse ainda mais entre 2019 e 2022.

Contudo, também é importante destacar que não é possível compreender o desmonte das políticas ambientais brasileiras, ocorrido durante o governo Bolsonaro, sem levar em conta o constatado enfraquecimento do ambientalismo no Brasil. Esse enfraquecimento é um elemento conjuntural explicativo da própria ocorrência do desmantelamento ambiental no Brasil. Numa conjuntura diversa, de maior força política do ambientalismo no Brasil e em âmbito internacional, o movimento antiambiental brasileiro não teria sido exitoso.

Também é importante destacar, por fim, que os resultados negativos apresentados neste artigo preocupam bastante. Vivemos a escalada do processo de colapso socioambiental em nível global e estamos no decênio decisivo para que as mudanças estruturais nos nossos sistemas energético e alimentar sejam materializadas de modo a ampliar nossas chances de adaptação ao novo regime climático (Marques, 2023).

A despeito disso, vivenciamos no Brasil, nas últimas décadas, o enfraquecimento do ambientalismo. Não será possível promover as mudanças políticas necessárias para mitigação e adaptação às mudanças climáticas no contexto da continuidade desses processos sociais. É urgente que o ambientalismo brasileiro volte a fortalecer-se.

NOTAS

1 | Um estudo conduzido pela “Union of Concerned Scientists” analisou as políticas ambientais do Brasil na década de 2000 e concluiu que o país apresentava as “maiores reduções de desmatamento e [de] emissões [de gases de efeito estufa] em todo o mundo” (Boucher *et al.*, 2014). Marina Silva foi a ministra à frente do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), principal responsável pelo feito.

2 | Trata-se de uma referência ao conhecido comentário realizado pelo então ministro Ricardo Salles no dia 22 de abril de 2020, numa reunião do presidente Jair Bolsonaro com seus principais ministros. Na fala, “passar a boiada” significava avançar no processo de desregulamentação administrativa das políticas ambientais, aproveitando a desmobilização social generalizada causada pelo início da pandemia de Covid-19.

3 | Mais informações em: https://support.google.com/trends/answer/4365533?hl=pt-BR&ref_topic=6248052.

4 | Pessoas que não responderam foram 1,1% do total em 2006 e 0% nos demais anos, enquanto as pessoas que não souberam foram 1,1% em 2014 e 2,9% em 2018. Essas opções foram retiradas da Figura 2 para facilitar a visualização.

5 | Esses fenômenos conjunturais da década 2010-2020 são imprescindíveis para a compreensão das tendências negativas verificadas no ambientalismo brasileiro no período e compõem a explicação causal do desmantelamento da política ambiental brasileira no governo Bolsonaro. Entretanto, os dados sobre confiança da população no movimento ambientalista e associativismo ambiental no país têm diminuição perceptível anterior à década, o que demanda explicação específica não presente neste artigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) o financiamento da pesquisa que tornou possível esta publicação, por meio do Edital 1/2024 – Demanda Universal, Termo de Outorga n. 93552015/2024. Agradeço também aos revisores anônimos e aos editores da revista as importantes sugestões para melhoria do texto.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. Available at: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010>.

ACSELRAD, H. Dimensões políticas do negacionismo ambiental: interrogando a literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, p. 26-42, 2022. Available at: <https://doi.org/10.5380/dma.v60i0.80028>.

ALONSO, A.; MACIEL, D. From protest to professionalization: Brazilian environmental activism after Rio-92. **Journal of Environment and Development**, v. 19, n. 3, p. 300–317, 2010. Available at: <https://doi.org/10.1177/1070496510378101>.

ANDRADE FRANCO, J. L. de; DRUMMOND, J. A. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Textos de História**, v. 17, n. 1, p. 59–84, 2009. Available at: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/28053/24101>.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. de. **Devastação ambiental e defesa da vegetação nativa**: Brasil e as regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de São Paulo, 2020. Available at: <https://repositorio.usp.br/item/003136735>.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. de. Os Kayapó e o ambientalismo: lutas pela terra em São Félix do Xingu-PA (1970-2000). **Espaço Ameríndio**, v. 15, p. 117-136, 2021. Available at: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.117557>.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. de. Código Florestal de 1934: aprovação legislativa e inefetividade. **Revista Pensamiento Penal**, v. 487, 2023. Available at: <https://www.pensamientopenal.com.ar/doctrina/91026-codigo-florestal-1934-aprovacao-legislativa-e-inefetividade>.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. de. Direito ambiental e instituições estatais durante a transição política no Brasil (1985-1995): Constituição Federal de 1988 e atuação legislativa, judiciária e executiva. **Revista Pensamiento Penal**, v. 505, 2024. Available at: <https://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/ambiental%20.pdf>.

ARAÚJO, S. M. V. G.; SILVA, R. S. E. Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. In: 10o ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA - "Ciência Política e a Política: memória e futuro". **Anais [...]** Belo Horizonte: 2016.

BARBOSA, R. G.; COSTA, R. B. M. L. de; PIERRI, N.; SANTOS, T. L. O desmonte socioambiental e as resistências emergentes. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 60, 2022, p. 1-3. Available at: <https://doi.org/10.5380/dma.v60i0.86632>.

BONELLI, F.; FERNANDES, A. S. A.; CAVALCANTE, P. L. C. The active dismantling of environmental policy in Brazil: paralysis and setbacks of the deforestation inspection and control. **Sustainability in Debate**, v. 13, n. 2, p. 58-80, 2023. Available at: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v14n1.2023.44277>.

BOUCHER, D. *et al.* Histórias de sucesso no âmbito do desmatamento. **Greentips**, p. 1–55, 2014. available at: <https://www.ucs.org/sites/default/files/2019-10/UCS-2014-DeforestationSuccessStories-Portugues-final.pdf>.

BRONZ, D.; ZHOURI, A.; CASTRO, E. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Revista Antropolítica**, v. 49, n. 2, p. 8-41, 2020. Available at: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44533>.

CAPELARI, M.; MILHORANCE, C.; ARAÚJO, S. de. Desmantelamento da política ambiental brasileira. **Sustainability in Debate**, v. 14, n. 1, 2023, p. 23-25. Available at: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/48319/36873>.

CAPELARI, M. G. M.; ARAÚJO, S. M. V. G. de; CALMON, P. C. D. P.; BORINELLI, B. Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 6, p. 1691-1710, 2020. Available at: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190445>.

CASCIONE, S.; ARAÚJO, S. M. V. G. de. Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72, p. 1–23, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1590/1678-987319277205>.

CASCIONE, S. R. S. **Institucionalização e influência das frentes parlamentares no Congresso brasileiro**. Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Pesquisa CNI-Ibope. **Retratos da sociedade brasileira**: meio ambiente. Brasília: CNI, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Problemas e prioridades para 2016. **Retratos da Sociedade Brasileira**, v. 5, n. 28, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Problemas e prioridades para 2017. **Retratos da Sociedade Brasileira**, v. 6, n. 36, 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Problemas e prioridades para 2018. **Retratos da Sociedade Brasileira**, v. 7, n. 41, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Principais problemas do país e prioridades para 2020. **Retratos da sociedade brasileira**, v. 9, n. 53, 2020.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DRUMMOND, J. A.; CAPELARI, M. G. M.; BARROS, A. F. G. e. **Brazilian environmental policy: a short biography, 1934-2020**. Curitiba: Appris, 2022.

EUROPEAN COMMISSION. **Special Eurobarometer 468 “Attitudes of European citizens towards the environment”**. European Commission, 2017. Available at: https://mehi.hu/sites/default/files/ebs_468_en_1.pdf.

FERREIRA, P. F. de A. N. **Economia política do meio ambiente: identificação da bancada ruralista e outras bancadas temáticas no Congresso Nacional com análise de redes**. Tese de Doutorado em Economia. Universidade de Brasília, 2019.

FICETOLA, G. F. Is interest toward the environment really declining? The complexity of analysing trends using internet search data. **Biodiversity and Conservation**, v. 22, n. 12, p. 2983–2988, 2013. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10531-013-0552-y>.

FONSECA, I. F. de; LINDOSO, D. P.; BURSZTYN, M. Deforestation (lack of) control in the Brazilian Amazon: from strengthening to dismantling governmental authority (1999-2020). **Sustainability in Debate**, v. 13, n. 2, p. 12-31, 2023. Available at: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v13n2.2022.44532>.

FONSECA, I. F. de; LINDOSO, D. P.; BURSZTYN, M.; DAUGEARD, M. A desconstrução organizada da política florestal no Brasil: estratégias de dismantling e de resistência. In: GOMIDE, A. de Á.; SILVA, M. M. de Sá e; LEOPOLDI, M. A. **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: Ipea, 2023. Available at: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11945>.

FRANCO, J. L. de A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

GOOGLE. **Google Trends**. 2024. Available at: <https://trends.google.com.br/trends/>.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Mudanças climáticas na percepção dos brasileiros**. Ibope, 2021. Available at: https://itsrio.org/wp-content/uploads/2021/02/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-IBOPE_FINAL.pptx.pdf.

INGLEHART, R.; HAERPFER, C.; MORENO, A.; WELZEL, C.; KIZILOVA, K.; DIEZ-MEDRANO, J.; LAGOS, M.; NORRIS, P.; PONARIN, E.; PURANEN, B. (Ed.). **World Values Survey: all rounds**. Country-Pooled Datafile. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WWSA Secretariat. 2022. Dataset Version 3.0.0. doi:10.14281/18241.17

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LOU, X.; LI, L. M. W.; XIA, W.; ZHU, Q. A meta-analysis of temporal shifts in environmental concern between 1994 and 2017: an examination of the new environmental paradigm. **Anthropocene**, v. 38, 2022, 100335. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.ancene.2022.100335>.

MARQUES, L. **O decênio decisivo: propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Elefante, 2023.

MASSARANI, L.; COLATUSSO, V. de C. W.; LIMA, M. D. V. de; OLIVEIRA, T. M. de; ALVES, M. A construção do conhecimento sobre mudanças climáticas em grupos negacionistas do Telegram no Brasil. **Observatorio (OBS) Journal**, v. 18, n. 4, p. 21-41, 2024. Available at: <https://doi.org/10.15847/obsOBS18420242543>.

MCCALLUM, M. L.; BURY, G. W. Google search patterns suggest declining interest in the environment. **Biodiversity and Conservation**, v. 22, n. 6–7, p. 1355–1367, 2013. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10531-013-0476-6>.

MCCALLUM, M. L.; BURY, G. W. Public interest in the environment is falling: a response to Ficetola (2013). **Biodiversity and Conservation**, v. 23, n. 4, p. 1057–1062, 2014. Available at: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10531-014-0640-7>.

MCCRIGHT, A. M.; DUNLAP, R. E. The politicization of climate change and polarization in the american public's views of global warming, 2001-2010. **The Sociological Quarterly**, v. 52, n. 2, p. 155-194, 2011. Available at: <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.2011.01198.x>.

MCCRIGHT, A. M.; XIAO, C.; DUNLAP, R. E. Political polarization on support for government spending on environmental protection in the USA, 1974-2012. **Social Science Research**, v. 48, 2014, p. 251-260. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2014.06.008>.

MILHORANCE, C. Policy dismantling and democratic regression in Brazil under Bolsonaro: coalition politics, ideas, and underlying discourses. **Review of Policy Research**, v. 39, n. 6, p. 752-770, 2022. Available at: <https://doi.org/10.1111/ropr.12502>.

MOULIN, C. S. A. Building and dismantling organisational capacity and bureaucratic identity: na analysis os Ibama's civil service examinations (1989-2022). **Sustentatibility in Debate**, v. 13, n. 2, p. 81-98, 2023. DOI: 10.18472/SustDeb.v14n1.2023.44346.

NGHIEM, T. P. LE *et al.* Analysis of the capacity of google trends to measure interest in conservation topics and the role of online news. **PLOS ONE**, v. 11, n. 3, p. 1–12, 2016. Available at: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0152802>.

NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2019**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020.

OLIVEIRA, M. J. de; CARNEIRO, C. D. R.; VECCHIA, F. A. da S. Evolução (2004-2017) do interesse mundial pelas mudanças climáticas e aquecimento global: influência da ciência, mídia, política, economia e controvérsias. **ANAP Brasil**, v. 10, n. 20, p. 92-120. 2017. Available at: <https://doi.org/10.17271/19843240102020171667>.

PAZ, M. G. A. da; SILVA JUNIOR, R. D. da; JACOBI, P. R.; LAUDA-RODRIGUEZ, Z.; MILZ, B. Guia para o desmonte da política ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, São Paulo-SP, 2022, Editorial. Available at: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoceditorialvu2022L5EDPT>.

PINHEIRO, D. C. Quando a fake news acelera o Antropoceno: o caso da Floresta Amazônica (2018-2021). **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, e5927, 2022. Available at: <https://doi.org/10.18617/liinc.v18i1.5927>.

PROULX, R.; MASSICOTTE, P.; PÉPINO, M. Googling Trends in Conservation Biology. **Conservation Biology**, v. 28, n. 1, p. 44–51, 2013. Available at: <https://doi.org/10.1111/cobi.12131>.

RAJÃO, R. *et al.* **Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal**. Policy Brief, 2021. Available at: https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2021/06/Rajao_Schmitt-et-al_Julgamentos-IBAMA_final.pdf.

RIBEIRO, W. C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, R. S. dos. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil 2005**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2006.

SCRUGGS, L.; BENEGAL, S. Declining public concern about climate change: can we blame the great recession? **Global Environmental Change**, v. 22, p. 505-515, 2012. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2012.01.002>.

SEWELL JR, W. H. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVA, H. M. R. da; RIVAS, D. H.; UEMA, E. E. **Cronologia de um desastre anunciado**: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil. ASCEMA Nacional. Brasília: ASCEMA, 2020. Available at: <https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Ascema.pdf>.

TROUMBIS, A. Y. Declining Google Trends of public interest in biodiversity: semantics, statistics or traceability of changing priorities? **Biodiversity and Conservation**, v. 26, n. 6, p. 1495–1505, 2017. Available at: <https://doi.org/10.1007/s10531-017-1294-z>.

VASQUES, P. H. Antiambientalismos nos Estados Unidos e no Brasil: uma avaliação sobre os elementos que contribuíram para sua emergência. **Sul Global**, v. 2, n. 2, p. 173-198, 2021. Available at: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/download/41511/pdf/122555>.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *In*: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Ed.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 73–102.

WERNECK, F. *et al.* **“Passando a boiada”**: o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Observatório do Clima, 2021. Available at: <https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/01/Passando-a-boiada-1.pdf>.

WORLD VALUES SURVEY. **World Values Survey Data Analysis Tool**. 2024. Available at: <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>.

ZHOURI, A. O antiambientalismo no Brasil: da violência lenta à violência nua. *In*: ZUCARELLI, M. C.; SOUZA LIMA, A. C. de; ALARCOM, D. F.; OLIVEIRA, B. P. de; RAUBER, M. A. (Org.). **Infraestrutura para produção de commodities e povos etnicamente diferenciados**: efeitos e danos da implantação de “grandes projetos de desenvolvimento” em território sociais. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 105-145.